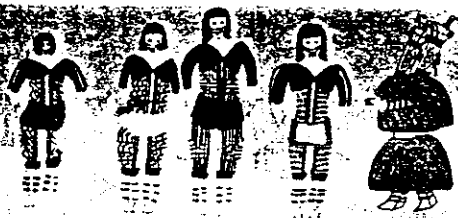


Índios de Goiás



Na aldeia dos Tapuya não se encontram ocas, arcos e flechas. Fruto de uma histórica miscigenação entre índios, brancos e negros, a tribo hoje... ma uma nova etnia"



Walter Alves

KARAJÁ/Aruaná



Walter Alves

KARAJÁ/Aruaná

Povo perdeu domínio do Araguaia

Quem passa pela aldeia Karajá em Aruanã e vê uma nação reduzida a 54 pessoas divorciadas das suas tradições culturais, não imagina que este povo já foi numeroso e teve o domínio das águas do Rio Araguaia. Para o grupo indígena o grande rio é "o referencial que delimita o seu espaço cósmico social" conforme ensina o antropólogo Manoel Ferreira de Lima Filho em sua tese de mestrado. O pesquisador estudou o Hetohoky, um complexo ritual de iniciação, que representa a passagem do menino Karajá para a vida adulta, do mundo profano para o sagrado, da água para céu de acordo com a conclusão do autor.

O povo Karajá é rico em mitos, rituais e tradições. O primeiro contato com o colonizador se deu em 1624. O antropólogo lembra que apesar de escravizado, o temperamento dócil da nação indígena de Aruanã propiciou uma convivência pacífica com o elemento branco a ponto de se estabelecer relações de compadrio. O sertanista Mário Arruda dá notícia de que em 1914 os Karajá habitavam a foz do Rio Vermelho e que a partir de 1930 passou a ocupar lotes urbanos na cidade. O antropólogo Acary Passos estima que por essa época a aldeia possuía aproximadamente 300 índios.

Enquanto muitos povos indígenas desapareceram vítimas do genocídio brutal, a população Karajá de Aruanã entrou em declínio a partir de uma epidemia de sarampo, dissensões internas e em razão dos efeitos nefastos da bebida alcoólica. Na tribo só os mais velhos ainda conservam os traços da cultura Karajá e a maioria está miscigenada com o elemento não índio. Luís Carlos Moreira Neves, 28, é um dos assimilados que se casou com uma Karajá e se empenhava na semana retrasada em construir sua casa na aldeia, enquanto sua esposa Dacília se dedicava a fazer artesanato. (Marcio Fernandes)



Marcio Fernandes

TAPUYA/Divisa de Rubiataba e Nova América

Nação inicia retorno às origens

Uma luz do fim do túnel da dispersão cultural dos Karajá de Aruanã começou a ser acesa em 1992, com o esforço de Manoel Ferreira Lima Filho e da Fumai. Sob a coordenação da pedagoga Maria do Socorro Silva do Vale, a nação Karajá começa a revitalizar suas tradições através da reabilitação lingüística e cultural. O trabalho educativo consiste em recompor os vértulos da comunidade com sua cultura material e artística. De acordo com a pedagoga os resultados colhidos já indicam que a aldeia conseguiu restabelecer o uso funcional da língua. O idioma Karajá é complexo e só em 1976 recebeu a classificação etno-lingüística do pesquisador David Fortune que o situa como integrante do grupo macro Jê. Para obter a reabilitação da língua e a resta-

belecer a produção de artesanato, Maria do Socorro tem realizado um trabalho interativo da comunidade de Aruanã com as sete aldeias Karajá da Ilha do Bananal, que abriga uma população de 2.500 índios, de acordo com o antropólogo. Textos, desenhos, pinturas, histórias, tradições e músicas são trazidas de outras tribos visando o aprimoramento cultural do Karajá de Aruanã. A produção material também cresceu. Antes do trabalho existiam apenas duas ceramistas na aldeia e hoje a comunidade tem na atividade uma alternativa de sobrevivência. **Terra** - A nação Karajá de Aruanã possui dez casas numa área de um hectare ao lado do porto da cidade. O Ministério da Justiça identificou, através de portaria, expedida em

maio deste ano, três áreas pertencentes aos indígenas. No perímetro urbano de Aruanã foi reconhecida uma área de 11 hectares contígua à aldeia. No território de Mato Grosso uma extensão territorial de 769 hectares e em Goiás outra de 586 hectares. A identificação da área indígena é o primeiro passo para a demarcação definitiva. Manoel Ferreira de Lima Filho argumenta que a comunidade Karajá está disposta a encontrar uma saída negociada para com os ocupantes das áreas identificadas. Existem assentados nestes territórios benfeitórias de grande valor econômico. Por outro a constituição federal estabelece que as terras indígenas são inalienáveis, indisponíveis e os direitos sobre elas imprescritíveis. (Marcio Fernandes)